



Encontros Bibli: revista eletrônica de  
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

[bibli@ced.ufsc.br](mailto:bibli@ced.ufsc.br)

Universidade Federal de Santa Catarina  
Brasil

Rabello, Rodrigo

A DIMENSÃO CATEGÓRICA DO DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 16, núm. 31, 2011,  
pp. 131-156

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14718352008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A DIMENSÃO CATEGÓRICA DO DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO<sup>1</sup>

## THE CATEGORICAL DIMENSION OF DOCUMENT IN INFORMATION SCIENCE

Rodrigo Rabello  
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
[rdgrabello@yahoo.com.br](mailto:rdgrabello@yahoo.com.br)

### Resumo

Considerando uma perspectiva epistemológica de análise, propôs-se a fazer um estudo histórico-conceitual do documento na Ciência da Informação (CI) com vistas a remontar aspectos teóricos com base nas disciplinas História, Diplomática e Documentação. Para tanto, orientou-se nos pressupostos da história dos conceitos que permitiu estudar aspectos sincrônicos e diacrônicos do conceito “documento”, mediante a configuração da tradição e da inovação como categorias antitéticas de análise. Enfim, buscou-se demonstrar o caráter categórico do documento no quadro teórico da CI.

**Palavras-chave:** Documento. História dos conceitos. Epistemologia. Ciência da Informação.

## 1 INTRODUÇÃO

Sob uma perspectiva epistemológica, procura-se evidenciar a importância dos estudos de natureza histórico-conceitual para elucidar aspectos do desenvolvimento teórico da Ciência da Informação (CI). Para tanto, analisa-se o conceito *documento*<sup>2</sup>, que traz consigo requisitos históricos para ser objeto de análise no âmbito da *história dos conceitos*, método historiográfico idealizado por Reinhart Koselleck.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).  
DOI 10.5007/1518-2924.2011v16n31p131

---

<sup>1</sup> Este trabalho figura como parte dos resultados da tese de doutorado “A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação”, defendida no PGCI/UNESP/Marília (RABELLO, 2009). A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este texto, com pequenas modificações, foi apresentado e publicado nos Anais do 10º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), João Pessoa, 25-28 de outubro de 2009.

<sup>2</sup> Em um primeiro momento, é mister dizer que etimologicamente a palavra *documento*, derivada da palavra latina *documentum*, apresenta ampla carga semântica. Ela decorre do verbo latino *docēre* que significa *ensinar, demonstrar*, procedendo etimologicamente do verbo grego *δοκεῖν* em sua imediata relação com as formas latinas *dicere, ducere, (in-)ducere* – que aludem ao seu sentido comunicativo (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1982, p. 171, 187). Com os sufixos *-men* ou *-mentum*, que indicam *instrumento, exemplo, prova*, o significado da palavra *documento* aproxima-se do sentido de *exemplo* ou *prova* daquilo que foi *ensinado* ou *exemplificado*. Em outras palavras, representa, *latu sensu*, o *objeto/meio de transmissão do conhecimento*. À luz dessa aproximação etimológica, aspectos como a relativa restrição do termo – quando o *documento* é concebido tão-somente como *objeto-texto* – ou sua ampliação – quando é pensado como *objetivação do conhecimento em um suporte* (VALENTE, 1978; LÓPEZ YEPES, 1997; RODRÍGUEZ BRAVO, 2002) – motivaram a proposição do presente estudo.

No caso específico do estudo histórico-conceitual proposto, observa-se que o aspecto categórico – e polissêmico – do *documento* não tem sido contemplado. Argumenta-se que a sobrevalorização das discussões acerca da “*inovação* do suporte da informação” sobrepõem-se àquelas que ajudam a explicar a dimensão social do documento que apreciem a *tradição* e a *inovação* no campo teórico e filosófico. A carência do cotejo entre *tradição* e *inovação* tem implicado, por conseguinte, na dificuldade de compreensão da relação dinâmica – sob tensão – entre estas duas dimensões para o processo de construção teórico-conceitual da CI.

À luz da problemática levantada, objetiva-se apreender em que medida disciplinas como História, Diplomática e Documentação contribuíram para a acepção de “documento” na CI. Argumenta-se que aquelas disciplinas reuniram esforços anteriores a esta última para a investigação do *documento*. Essa situação remete ao objetivo específico de compreender a natureza e a abrangência do conceito de *documento* na CI quando pensado a partir de uma perspectiva social e a partir da relação dinâmica entre *tradição* e *inovação* no seu quadro teórico-conceitual. Tais objetivos foram orientados pela hipótese central de que o *documento* se configura como uma categoria no quadro teórico da CI.

Este estudo partiu do horizonte interpretativo da *história dos conceitos* de Koselleck (1992, 1997, 2006). Esse autor relacionou a perspectiva filosófica ao plano teórico e metodológico da História (ALBERTI, 1996; PEREIRA, 2004; CASTELO BRANCO, 2006) de modo a contextualizar uma plataforma epistêmica à referida abordagem, buscando subsídios teóricos em filósofos hermenêuticos como Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. Salienta-se a importância de Heidegger e do seu conceito de *Dasein*, pois esse foi o ponto de partida para a adaptação e a criação das *metacategorias* históricas transcendentais – *espaços de experiência* e *horizontes de expectativa* – as quais levaram Koselleck a propor cinco pares de categorias, também transcendentais, que ajudam a entender a história como possibilidade, como especulação, a saber: 1) oposição entre “inevitabilidade da morte” e possibilidade de “matar ou ser morto”; 2) oposição entre “amigo” e “inimigo”; 3) oposição entre “dentro” e “fora”, tendo como derivação a oposição “público” e “privado”; 4) a “geratividade”, ou seja, o choque entre gerações; e 5) oposição entre “senhor” e “servo”.

Tais categorias fariam parte da *Historik* e a justificariam como uma “ciência teórica transcendental” ao plano hermenêutico por representarem “estruturas de finitude” presentes na oposição dos pares antitéticos, cuja característica é de oposição e inseparabilidade das categorias, ou seja, de divergência e interdependência destas. Com isso, pode-se dizer que a

*Historik* situa-se no plano filosófico e ajuda a organizar outros dois níveis, no plano científico: a) *Geschichte*, ou seja, a História factual ou História disciplina; e b) *Historie*, isto é, a arte de apresentação ou da narrativa (KOSELLECK, 1997).

Portanto, sob a influência das metacategorias e das categorias da *Historik*, chega-se ao plano científico-disciplinar, em que a interpretação das fontes se faz necessária. É nesse momento que a *história dos conceitos* adquire posição estratégica, num plano marcadamente hermenêutico. Para a proposição dessa abordagem, Koselleck partiu da tese de que a diacronia está contida no uso sincrônico do conceito, ou seja, com o passar do tempo a semântica poderá conter modificações, alterando o conteúdo do conceito, sem que necessariamente o termo, em sua exteriorização linguística, se modifique. Essa situação remete ao necessário diálogo com as metacategorias transcendentais há pouco expostas, nas quais o conceito estudado poderá se apresentar como “índices de realidade”, ou seja, como permanência, como evidência do existente e como “fatores de mudança” em “perspectivas de futuro”, expressas em projeções, em tendências do “vir a ser”.

Contextualizando tal abordagem ao presente trabalho, busca-se adaptar, por comparação, as categorias da *Historik* de Koselleck a duas outras categorias, que apresentam uma relação transcendental semelhante à dos pares antitéticos, ou seja, que divergem, mas que não se excluem, por serem interdependentes. Tais categorias são: *tradição* e *inovação*.

Com base nos pressupostos da *história dos conceitos*, busca-se estudar a relação entre a *tradição* e a *inovação* sob um viés epistemológico. A presente investigação partiu de um enfoque marcadamente interdisciplinar em que as disciplinas estudadas forneceram os elementos histórico-conceituais para a apreensão dos aspectos da diacronia presentes nas formulações conceituais de “documento”. O “mapeamento” dos aspectos ligados à tensão entre *tradição* e *inovação* no quadro teórico da CI possibilitou que se configurasse o conceito *documento* na condição de uma categoria para essa disciplina.

## 2 DOCUMENTO E HISTORIOGRAFIA

A dimensão da *tradição* no campo historiográfico pode ser interpretada em dois momentos. O primeiro deles alinha-se ao necessário entendimento do Positivismo, que ajuda a compreender o “espírito positivo” do século XIX e que remete à noção de *história* e de *ciência* do criador desta corrente de pensamento no âmbito da Filosofia da História: o francês Auguste Comte. Já o segundo momento, agora no plano da ciência, leva à apreensão da disciplina História

Metódica (ou “História Positivista”) – proposta pelo alemão Leopold von Ranke – cuja concepção de documento deriva do referido “espírito”.

A ideia de *positividade* predominou durante o período conhecido como *cientificismo*, na ocasião em que se buscou interpretar a realidade dos fenômenos, aproximando a Filosofia das Ciências da Natureza. Fruto desse movimento, o Positivismo foi uma corrente filosófica que buscou sistematizar teoricamente os interesses políticos burgueses no século XIX. Para Comte, o estudo da história se daria por intermédio da “teoria dos três estados”, cujos estados – teológico, metafísico e positivo – explicariam a sua “evolução” e serviriam como instrumento fundamental para a realização do seu projeto político: a construção de uma “sociedade positiva” (COMTE, 1972, 1983). O filósofo contou com o emprego do recurso da taxonomia, inspirada na Biologia, como parâmetro para classificar “cientificamente” o social. Ademais, Comte buscou avaliar o social por intermédio de uma releitura das leis da Física, que resultou na proposição da chamada Física Social ou Sociologia (BENOIT, 1999).

Pode-se dizer que, em sua metafísica, Comte não tinha, efetivamente, a preocupação de intervir cientificamente na realidade, bem como não chegou a idealizar um método propriamente empírico. A teoria de Comte foi elaborada eminentemente no plano filosófico, embora esse pensamento tenha influenciado, em diferentes proporções, o campo científico, como no caso da Sociologia – institucionalizada e profissionalizada por Durkheim – e da História – em situação similar, elevada à categoria de “ciência metódica” por Ranke.

É interessante observar que Ranke concebeu a História sob uma perspectiva diferente da de Comte, pois buscou atribuir o estatuto de cientificidade a essa disciplina, ao definir para ela um objeto e um método amparado na crítica documental e na documentação oficial escrita – diplomático-arquivística. Com tais “virtudes”, a História pôde assumir um espaço disciplinar autônomo na universidade, assim como a conhecemos hoje. Ademais, Ranke acreditava que a relação empírica entre o profissional historiador (“homem de ciência”) e a documentação estudada era eivada de objetividade e neutralidade (GAY, 1990; BURKE, 1997; REIS, 2004).

O ato de narrar um acontecimento e registrá-lo por escrito num suporte – ou seja, a produção de um documento escrito – é um exemplo “clássico” da ação de documentar que auxilia, por sua vez, a compreender a dimensão da *tradição* no âmbito historiográfico. Cabe salientar que o documento/produto originário dessa ação foi tão amplamente aceito e convencionado que a “História Positivista” de Ranke considerou somente os *documentos escritos* – contidos nos arquivos – como fontes históricas válidas.

Em reação, a *inovação* na historiografia emergiria da crítica à concepção tradicional, caracterizando-se por não negar os avanços teóricos até então logrados. Tal *inovação* pode ser pensada a partir da análise crítica do movimento dos *Annales* à “História Positivista”, em que se desvela a consequente ampliação conceitual de documento à luz do universo interpretativo da cultura material.

O chamado “movimento dos *Annales*” (REIS, 2004) ou “*História Nova*” (LE GOFF, 1978; BURKE, 1992) ou “Escola dos *Annales*” (BURKE, 1997) foi fruto do encontro e da troca de ideias, com a elaboração de projetos, entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo (França). O êxito teórico teve início quando o projeto de publicação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale* se concretizou, em 15 de janeiro de 1929.

Esse movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa “tradicional”, que enaltecia os grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado, etc., em que a documentação oficial – em grande medida, diplomas arquivados – era a fonte principal de análise. Divergindo dessa aceção, os criadores do movimento pensaram numa perspectiva historiográfica que dialogasse interdisciplinarmente com as Ciências Sociais.<sup>3</sup>

A ampliação na concepção de documento, neste movimento, pôde ser observada ainda na *primeira geração*, no momento em que se constatou que a “História Positivista” voltava o seu método de análise apenas à superficialidade dos fenômenos históricos, expressa tão somente nos documentos oficiais escritos. O problema, nesse caso, não estaria na utilização dessas fontes, e sim na compreensão de que elas seriam as únicas válidas para a escrita da História. Em outros termos, esses historiadores evidenciaram aquilo que se constituía como uma concepção positivista ingênua de documento.

A *inovação* do significado historiográfico do documento, nesse movimento, advém do reconhecimento da relevância do estudo da cultura material (REDE, 1996; BUCAILLE, PESEZ, 1989; PESEZ, 1978), particularmente na ocasião em que os historiadores do movimento apreenderam que o ato de documentar é externo ao objeto, numa ação interpretativa, subjetiva e/ou social. Tal constatação foi o divisor de águas que permitiu

---

<sup>3</sup> Com a proposta de aproximação às Ciências Sociais, o movimento caracterizou-se pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. No plano metodológico, a dimensão hermenêutica foi importante já que sua proposição, ainda na *primeira geração* (de 1920 a 1945), pressupunha “subversivamente” uma ênfase na interpretação e na compreensão dos fenômenos, bem como o enfoque da “História-problema” e da “História global”. Essa heterogeneidade teórica pode ser percebida, igualmente, na *segunda geração* (período posterior à Segunda Guerra), com Fernand Braudel, cujo enfoque direcionou-se às regularidades, às séries, às técnicas, à quantificação e à abordagem estrutural. Essa linha teórica diversificada foi perseguida também na *terceira geração* (após 1968) na ocasião em que passaram a ser privilegiados os modelos, as invariantes conceituais e as interpretações, notadamente com Georges Duby, Jacques Le Goff, entre outros (BURKE, 1997; REIS, 2004).

posteriores desdobramentos conceituais, como é possível observar nas interpretações que consideram o documento como um “monumento” (LE GOFF, 1994) e como “objeto da memória” (MENESES, 1998), com uma “vida social” (APPADURAI, 1991) e uma “biografia” própria (KOPYTOFF, 1991). Com isso, o trabalho do historiador tornou-se mais complexo, particularmente quando este profissional passou a ter a difícil incumbência de, em um processo interpretativo, selecionar, identificar e reunir as evidências documentais relevantes para o seu trabalho, considerando a totalidade interpretativa que um objeto, artificial ou natural, pode trazer.

Destarte, a possibilidade de se “ler o documento nas entrelinhas” (BLOCH, 1997; LE GOFF, 1994) significou transcender o aparente inócuo (e inerte) informativo do objeto para buscar as evidências documentais necessárias para o esclarecimento das dúvidas que surgem durante a investigação do passado.

### 3 DOCUMENTO E DIPLOMÁTICA

Estudando outra disciplina – a Diplomática<sup>4</sup> – torna-se possível visualizar, com maior nitidez, a ênfase na *tradição* por meio da perceptível influência do “espírito positivo” que, ainda hoje, perdura nessa disciplina e se constitui como o seu “pilar disciplinar”. Vale destacar que a concepção tradicional que dela deriva se estende à acepção de documento no âmbito da Arquivística.

A consolidação acadêmica da Diplomática ocorreu na França, com a criação da *École des Chartes*, em 1821, para o estudo histórico dos documentos medievais. Ainda que tal institucionalização tenha ocorrido somente no século XIX, pode-se dizer que a Diplomática originou-se com a *crítica documental*, cujos avanços dos procedimentos técnicos de análise documental podem ser observados ainda em meados do século XVII. Todo esse percurso marca o desenvolvimento do denominado “método diplomático” em sua diversidade de aplicabilidades instrumentais em diferentes disciplinas, tais como a História, o Direito e a

---

<sup>4</sup> A palavra *diplomática* deriva do vocábulo διπλω (diploo) que significa duplo ou dobrado, referindo-se à acepção grega dada ao *diploma* – documento público-oficial – caracterizado como um suporte da escrita formado por duas tabuinhas articuladas – chamadas de *dípticos*. O *diploma*, para os gregos, significava “[...] qualquer escrito que constava de duas partes unidas entre si.” (PAULIUS RABIKASKAS, 2000). O termo, que nomeia a disciplina, poderia ser interpretado, ainda, como uma adaptação do latim da obra *De re diplomatica libri VI*, escrita pelo monge beneditino francês Jean de Mabillon, em 1681. Essa obra foi publicada com o objetivo de esclarecer as regras fundamentais da crítica textual e, de modo específico, responder às críticas diplomáticas realizadas pelo jesuíta Daniel Van Papenbroek, que questionou a veracidade de diplomas beneditinos contidos nos arquivos da Ordem de São Bento (DURANTI, 1995). Nas palavras de Duranti (1995, p. 23), este livro representa “[...] o primeiro escrito sobre esse tema referindo-se à análise crítica das formas do diploma.”

Arquivística. Em suma, a disciplina originou-se dos estudos filológicos e teológicos a partir do reconhecimento da necessidade de uma “sistematização metódica”, almejando alcançar certo “rigor científico” para o desenvolvimento da atividade de se distinguir documentos falsos dos verdadeiros. A criação disciplinar da Diplomática converge com aquelas iniciativas que foram fruto do “espírito positivo” no bojo do *cientificismo*, que visaram fundamentar a crítica documental em um suposto “método objetivo” para a realização de testes probatórios de autenticidade e de veracidade dos documentos medievais – escritos e não impressos –, que eram as fontes documentais “por excelência” do historiador (BAUER, 1957; VALENTE, 1978; DURANTI, 1995; PAULIUS RABIKASKAS, 2000; RONDINELLI, 2002).

Do ponto de vista acadêmico, a criação da *École* foi importante para a posterior aproximação da Diplomática com a Arquivística, na ocasião em que os procedimentos de análise diplomática foram empregados para auxiliar o gerenciamento dos documentos arquivísticos na segunda metade do século XX (DURANTI, 1995). É relevante salientar, no entanto, que, antes mesmo de esse diálogo interdisciplinar de orientação francesa ocorrer, no século XIX, outros autores, como os alemães Julius Ficker e Theodor von Sickel, também se preocuparam com essa aproximação e contribuíram para que ela acontecesse (BAUER, 1957; PAULIUS RABIKASKAS, 2000).

Enquanto a Diplomática “clássica” interessava-se eminentemente pela prática e pela técnica de identificar e descrever os elementos formais (estruturais) dos documentos escritos para fins de conferir a autenticidade e a fidedignidade documental, o emprego do “método diplomático” nos arquivos possibilitou à disciplina uma distinta função instrumental. Dessa relação interdisciplinar se originou, no século XX, a Diplomática Contemporânea (DURANTI, 1995; BELLOTTO, 2002).

A partir de então, a disciplina não se ateve somente ao estudo do “diploma” medieval, subentendido como documento escrito e não impresso (HEREDIA, 1988). Com a aproximação da Diplomática com a Arquivística, os documentos diplomáticos passaram a ser concebidos como sinônimos de documentos arquivísticos, ou seja, como “fontes documentais escritas” manuscritas ou impressas, que têm natureza jurídica e administrativa (BELLOTTO, 2000). O documento diplomático apresenta, portanto, valores histórico e jurídico-administrativos, ou seja, traz consigo uma natureza conceitual similar àquele que constitui o



documento arquivístico (NUÑEZ-CONTRERAS, 1981; RIESCO TERRERO, 2000; GALENDE DÍAZ, GARCÍA RUIPÉREZ, 2003).<sup>5</sup>

Em outras palavras, da aproximação da Diplomática com a Arquivística deriva a Diplomática Contemporânea – também denominada Tipologia Documental. Constituindo-se como a ampliação da Diplomática “clássica”, o estudo da Diplomática Contemporânea segue em direção à “gênese documental”, convergindo e contextualizando-se com atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora dos documentos. O seu objeto de estudo é o “tipo documental” que traz consigo a “lógica orgânica dos conjuntos documentais”, ao contrário da Diplomática “clássica”, que tem como objeto a “espécie documental”, isto é, o documento em seu exemplar único (BELLOTTO, 1990, 2002).

Essa ainda recente abordagem da Diplomática Contemporânea tem possibilitado o diálogo interdisciplinar com a Documentação no tocante às questões que envolvem o *processo documental*. Em particular, essa aproximação tem ocorrido no âmbito do Tratamento Temático da Informação que, na condição de área de estudos, abriga a perspectiva francesa da Análise Documental, bem como apontou Guimarães (2008). É importante salientar que a Diplomática Contemporânea e a Análise Documental convergem por priorizarem o estudo do *texto escrito* para fins documentais, embora apresentem enfoques diferentes, ou seja, enquanto a primeira prioriza a *estrutura* documental, a última dedica seus estudos ao *conteúdo temático* do documento (RABELLO, 2007; RABELLO, 2008).

Por outro lado, a percepção da ênfase da *tradição* na Diplomática Contemporânea e na Análise Documental, ao considerarem a primazia do *texto escrito*, é importante não apenas para se observar o quanto os estudos hodiernos em Documentação herdaram da tradição diplomática, mas para que se entendam as possíveis limitações teóricas da concepção positivista ingênua de documento, em que são enaltecidos os seus supostos “atributos de objetividade” bem como os de representação material “inequívoca da realidade”. Tais questões foram abordadas por Cook (2001) em sua crítica à acepção tradicional de Duranti (1995) de Arquivística e de documento, conceitos que foram fundamentais para que Duranti pudesse defender a disciplinaridade da Diplomática Contemporânea.

---

<sup>5</sup> O documento diplomático é caracterizado pelos elementos (ou caracteres) constitutivos “externos”, estruturais ou de forma, e “internos”, substantivos ou de substância, e é partir da análise de tais caracteres que o “método diplomático” pode ser entendido como a estratégia de identificação de fórmulas documentais – em distintas espécies e tipologias – objetivando estabelecer relações particulares entre forma e conteúdo. Com isso, podemos afirmar que o referido “método” se propõe a identificar aquilo que os linguistas conceituaram de macroestrutura textual ou macroproposição semântica (BELLOTTO, 2002).

#### 4 DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO

Historicamente, é importante salientar que o termo *documentação* tem assumido diferentes designações, tais como: a) meio de prova histórica; b) profissão ensinada formalmente em escolas técnicas, demandando um saber técnico-intelectual especializado; e c) disciplina acadêmica dedicada à criação de saberes que inspiram as práticas documentais (MEYRIAT, 1993). Esse último significado começou a ganhar contornos ainda no início do *movimento bibliográfico*, no final do século XIX (WOLEDGE, 1983; BLANQUET, 1993; RAYWARD, 1994; LÓPEZ YEPES, 1995; SANTOS, 2006, etc.), e seus traços tornaram-se mais nítidos com a publicação do *Traité de Documentation*, escrito por Paul Otlet, em 1934.

A Documentação derivou disciplinarmente dos estudos realizados no bojo do *movimento bibliográfico*, sistematizados primeiramente em uma disciplina denominada Bibliografia. O referido movimento foi importante para o desenvolvimento inicial das atividades de análise de conteúdo dos documentos para organização e “memorização” do conhecimento registrado. Além disso, com a Bibliografia passaram a ser empregadas as noções de “difusão” e de “acesso” à informação, noções relevantes para a posterior proposição da Documentação.

Podemos dizer que Otlet foi o personagem principal do movimento bibliográfico no final do século XIX. Além de ter incentivado a criação de publicações especializadas, ajudou a articular reuniões científicas e fóruns de debates acadêmicos e a criar associações que foram fundamentais para que pudesse propor disciplinarmente a Documentação (BLANQUET, 1993).

Por mais que Bibliografia e Documentação tivessem uma origem em comum por terem como objeto de estudo o *documento* (BLANQUET, 1993p. 201), esta última disciplina se diferenciou daquela por uma função primordial: a difusão da informação em uma concepção de documento que transcendeu a noção de documento bibliográfico (RAYWARD, 1995). Para Otlet, o conceito *documento* não se limitava ao entendimento distorcido de *livro* tal como concebia a Biblioteconomia moderna (SHERA, 1980) e a Bibliografia (WOLEDGE, 1983), isto é, subentendido, tão somente, como objeto que resultou de um aprimoramento técnico do códice medieval após a criação dos tipos móveis gutemberguianos.

Para se chegar ao entendimento da referida ampliação conceitual, torna-se necessário recordar que a palavra *livro* corresponde à palavra latina *liber* e é uma adaptação da noção transcendente que correspondia ao entendimento antigo e medieval de *biblos* (em grego “βίβλιον”, radical das palavras *biblioteca* e *biblioteconomia*) e *biblion*, no plural. Em tais

designações se reconheciam o pensamento racional, o discurso racional ou o conhecimento, representado na expressão grega “λόγος” (ou seja, *logos*), contido no suporte (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 134). Para reformular o conceito, Otlet (1934, p. 9, 372, 373) retomou a concepção de *biblos* e passou a reconhecer a equivalência conceitual de *livro/documento/biblion* que representava todo objeto artificial em que se reconhecia alguma propriedade informativa – ou *logos*. O documento, nesse contexto, assumiria a condição de *categoria* da Documentação.

Contudo, além desta ressignificação do *documento* comparativamente à noção restrita de *livro*, a retomada na noção de *biblos* possibilitou que Otlet avançasse também comparativamente à noção de fonte documental da “História Positivista”, pois, para este autor, o *texto escrito* não seria o único representante documental dotado de objetividade. Mesmo com esse avanço, é interessante observar que a persistência da noção de objetividade, atribuída ao documento, evidenciou a aproximação conceitual entre Documentação e “História Positivista”.

À luz dessa aproximação, emerge o primeiro momento da Documentação, de “fase positivista”, que representa um período de transição da *tradição* rumo à *inovação* conceitual. Essa fase foi marcada pela aceção otletiana de *documento* após a década de 1930, quando o conceito foi formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao *conteúdo informacional*. Tal ênfase consistiria o fator distintivo para a transformação do *objeto* em *documento*, sendo que a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa lhe garantiria o *status* de objetividade. Sob esse prisma, o documento se caracterizaria pela sua constituição em diversos suportes e pela sua apresentação em diferentes espécies e tipologias – “eivados de objetividade”. Tal suposta objetividade confundir-se-ia com o próprio processo criativo de exteriorização e assentamento (registro) de um conhecimento ou técnica num objeto material. Tal concepção foi o ponto de partida para que a bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951), em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, ampliasse ainda mais o conceito.

Considerando essa ampliação do significado e aproximando-se da *inovação* do conceito, emerge o segundo momento da Documentação, de “fase hermenêutica”. Nesta fase é possível fazer um paralelo entre os avanços da concepção de documento encabeçados pelo movimento dos *Annales* e por Briet. A “fase hermenêutica” compreender-se-ia, portanto, após a década de 1950, na ocasião em que se destacaram as ideias de Briet (1951) e de seus seguidores Meyriat

(1981), Escarpit (1981), Day (1997), Buckland (1997), entre outros. Os argumentos comumente empregados por esses autores demonstraram que nenhum documento é propriamente objetivo, ou seja, que nenhum objeto/suporte nasce com *status* de *documento*, pois tal aspecto valorativo somente se constituirá *a posteriori*. Nesse contexto, o documento será o produto de um processo de objetivação (valoração) num ato interpretativo e de atribuição de significados e sentidos, sob a influência dos aspectos subjetivos “condicionados” pelo contexto social e cultural com os quais os sujeitos necessariamente se relacionam. Considerando essa especificidade, o documento é, portanto, o fruto de uma ação interpretativa (subjetiva) de um sujeito que vive em sociedade e que recebe sua influência passiva e ativamente a um só tempo.

A amplitude categórica perseguida por Otlet, aprofundada no segundo momento da Documentação, abriu margem para o reconhecimento do *documento museológico*, confirmando, com isso, o seu caráter polissêmico. A partir desse referencial, buscar-se-á refletir sobre a importância dos estudos de natureza histórico-conceitual, sobretudo, para que o *documento* possa ser pensado no contexto da relação dinâmica entre *tradição* e *inovação*, numa perspectiva social da CI.

## 5 O DOCUMENTO COMO UMA CATEGORIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O presente estudo buscou propor um *metadiscurso* explicativo sobre a trajetória histórica do *documento* por meio de um viés *epistemológico*,<sup>6</sup> contextualizando o conceito no quadro teórico da CI. Sob o referido viés, propôs-se ater às epistêmes subjacentes às narrativas que contemplam histórica e teoricamente os enfoques *práticos* que privilegiam a relação da configuração *disciplinar* da CI com teorias de outras disciplinas para formar um conjunto de conhecimentos instrumentais.<sup>7</sup>

Enquanto a perspectiva *prático-disciplinar* busca instrumentalizar conhecimentos para se ater a uma determinada fase e/ou problema em informação, contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados, os estudos *epistemológicos* buscam, por sua vez, acomodar os pressupostos daquela perspectiva num plano teórico-metodológico

---

<sup>6</sup> O campo que se dedica ao *discurso/conhecimento (logos)* sobre a *ciência (episteme)* – *Epistemologia*, também conhecido como *Filosofia da Ciência* – remete, segundo Japiassu (1977, p.16), ao “[...] estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais.”

<sup>7</sup> Como exemplo, pode-se citar os pressupostos *prático-disciplinares* que buscam aproximar a CI das teorias e práticas da Biblioteconomia, da Arquivística, da Museologia, da Ciência da Computação, da Ciência Cognitiva, etc.

explicativo, no qual as práticas não formariam simplesmente uma disciplina, e sim fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico no universo do conhecimento – sob a influência de métodos, de outras teorias das Ciências Sociais, etc. Estudos *epistemológicos* buscam, portanto, estabelecer um inter-relacionamento da perspectiva *prático-disciplinar* com o campo científico e filosófico.<sup>8</sup>

Os *metadiscursos* criados no bojo da perspectiva *prático-disciplinar* comumente se reportam, no âmbito da *tradição*, à mudança da relação entre homem e conhecimento a partir da invenção da imprensa e, por conseguinte, daquela ocorrida com a aceção restrita de livro. Com isso, chegam à mudança da concepção da biblioteca “clássica”, que aos poucos foi deixando de ter uma função universalista, aos moldes iluministas (SHERA, 1980, p. 93), e que passou a atender, posteriormente, às demandas de conhecimento especializado e científico (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 14). A especialização nos serviços de informação decorreu dessas novas demandas sociais e os seus primórdios podem ser observados quando da criação dos instrumentos voltados para uma maior delimitação do conteúdo dos documentos para o processo de organização e recuperação da informação.

Pode-se dizer, ainda, que tais *metadiscursos* defendem a sobreposição ou o convívio de diferentes correntes quanto à reivindicação da origem do estatuto de criação da CI. As principais correntes “em disputa” seriam as de orientação anglofônica e as de orientação francofônica. Na primeira orientação, comumente é destacada a relativa tensão entre os profissionais estadunidenses que trabalhavam em bibliotecas tradicionais e em bibliotecas especializadas (MEYRIAT, 1993, p. 194), somando-se à influência instrumental das tecnologias para a recuperação da informação, com base nas ideias de Vannevar Bush (1945), e de Saracevic (1992, 1999). Na segunda, observam-se, analogicamente, a tensão entre os bibliotecários tradicionais franceses e os documentalistas daquele país, pois estes tinham como prerrogativa a organização da informação especializada com base nas ideias de Paul Otlet (1934) no âmbito da Documentação (WERSIG, 1993; RAYWARD, 1995; FERNÁNDEZ MOLINA, 1993; MEYRIAT, 1993). Complementando o quadro interpretativo *prático-disciplinar*, em menor efeito outras duas perspectivas também são mencionadas, ou seja, a Ciência da Informação e Documentação alemã (*informations-und dokumentationswissenschaft*), com base nas ideias de Shober, Pietsch, Koblitiz, Wersig, entre

---

<sup>8</sup> O termo *prático-disciplinar* foi sugerido por Rabello (2009) como um referencial para designar a distinção de abordagens – ou seja, diferenciar os enfoques *teórico-práticos* dos *epistemológicos*. Para tanto, o autor buscou no texto de Dick (1999) elementos para sua fundamentação.

outros autores; e a Informática russa (*Informatika*), cujos autores expoentes foram Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii (LÓPEZ YEPES, 1995).

Tais pressupostos são importantes por trazerem o desenvolvimento teórico-prático em diferentes *contextos disciplinares* que ajudam a pensar a própria figuração disciplinar da CI e, além disso, podem ser tomados como objeto pela Epistemologia para auxiliar na interpretação da dinâmica interna da CI. Tal dinâmica pode ser observada, por exemplo, nas interpretações epistemológicas de Rafael Capurro (2003), que interpretou uma estrutura explicativa da CI por meio da *teoria das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn (2005); e de Miguel Rendón Rojas (2005), que pensou em outra estrutura a partir dos *programas de investigação*, de Imre Lakatos (1999).

As concepções de *comunidade científica* – isto é, da manifestação da ciência organizada por intermédio de uma atividade social – e de *paradigma científico* compõem o eixo interpretativo de Kuhn para analisar o que denominou de *revolução científica*. Em hipótese, tal fenômeno inicia-se com a origem da *ciência*, em sua fase *pré-científica*, num momento em que não é possível observar a definição de uma estrutura. Portanto, essa fase se caracterizaria pela ausência de paradigma. Por outro lado, quando as teorias, as metodologias e os valores científicos ganham forma, surgiria a *ciência normal*. Poderíamos dizer que a *ciência normal* tornar-se-ia teórica e politicamente hegemônica, ao assumir a posição de “vanguarda científica”.

Por outro lado, para Kuhn, o processo *revolucionário* não ocorre de forma harmônica, pois a dinâmica das disputas teóricas e de poder que ocorrem no interior do paradigma *normal* revelam problemas manifestos em *enigmas* – problemas que podem ser resolvidos – e em *anomalias* – problemas que nem sempre podem ser resolvidos. Essa situação pode levar à *crise científica* quando ocorrem dissidências da *ciência normal* que resultam na proposição de uma *ciência extraordinária*. Em tese, quando a *ciência extraordinária* reúne argumentos teóricos e força política na comunidade científica para “destituir” o poder hegemônico da antiga *ciência normal*, uma nova estrutura se revela, ou seja, emerge daí uma *nova ciência* (KUHN, 2005, p. 24-25).

Vale destacar que, na perspectiva de Kuhn, as teorias tendem a se manter e a ser defendidas pelos membros do paradigma por compor a base que justifica a manutenção da *ciência normal*. Entretanto, embora a ênfase na *tradição* seja uma característica marcante na constituição da *ciência normal*, o processo revolucionário no interior de sua estrutura busca a

sobreposição das teorias antigas pelas recentes de modo a impor as novas formulações propostas pela *ciência extraordinária*. Isso ocorre até o momento em que essa *nova ciência* se torna *ciência normal*. Quando adquire tal *status*, ela estará sujeita e passível de passar pelo processo de questionamento advindo de novos problemas – enigmas e anomalias – no interior de sua estrutura. Em última análise e sob esse prisma, a *inovação* sempre se sobreporá à *tradição*.

Em interpretação a tal teoria, Capurro (2003) propôs transpô-la ao campo da CI. Para tanto, ele buscou contextualizar o fenômeno da informação em três paradigmas. O *paradigma físico* marcaria o nascimento da CI no início do século XX, sendo logo questionado pelo *paradigma cognitivo* e este, por sua vez, pelo *paradigma pragmático* ou *social*.

Pode-se dizer que Capurro (2003) foi preciso ao identificar essas três dimensões – objetiva, subjetiva e social – da informação no âmbito da CI. Ainda assim, sua análise pode ser problematizada. Isso porque é incerto afirmar que tais correntes poderiam realmente ser consideradas *paradigmas* em termos kuhnianos, pois é possível questionar se a própria CI já adquiriu “maturidade” científica suficiente para estar no estágio de *ciência normal*. Mesmo que tais teorias sejam paradigmas, o questionamento aqui sustentado parte, ainda, da constatação de que no movimento de um paradigma a outro, no processo revolucionário acima destacado – do *paradigma normal* ao *extraordinário* e deste à *nova ciência* – ocorre a sobrevalorização e a *sobreposição* da *inovação* frente à *tradição*. Nesse sentido, questiona-se se no caso da CI realmente existe uma superação sucessiva entre os “paradigmas” objetivo, subjetivo e social. Neste caso, seria correto traçar o quadro evolutivo assim como interpretou Capurro?

Em contraponto a essa aceção, a estrutura proposta por Rendón Rojas é relevante para esta investigação, pois supostamente nela a *tradição* pode dialogar e/ou conviver com a *inovação*, no âmbito teórico e conceitual. Como já adiantado, Rendón Rojas se referenciou na teoria de Lakatos.

O *programa de investigação* proposto por Lakatos (1999) é composto por “três camadas”. O *núcleo duro* – onde se situa a *tradição* – constitui a primeira camada. A função da segunda camada, denominado *cinturão protetor*, é de proteger o núcleo mediante teorias e conceitos, uma vez que nesse *cinturão*, a relação teórico-conceitual é marcada pela tensão e o convívio mútuo entre *tradição* e *inovação*. Já a terceira camada situa-se no terreno da Heurística (negativa e positiva) que cumpre o papel de proteger metodologicamente o núcleo.

Transpondo tal estrutura para a CI, Rendón Rojas (2008) buscou demonstrar que o *núcleo duro*, responsável pela delimitação disciplinar, seria o *sistema informativo documental* e estaria cercado por cinco categorias que comporiam o *cinturão protetor*. Tais categorias seriam: *usuário*, *profissional da informação*, *instituição informativa documental*, *informação* e *documento*. Em cada categoria incidiriam influências teórico-conceituais mais alinhadas, ora pela *tradição*, ora pela *inovação*.

Malgrado Rendón Rojas tivesse enunciado que tais categorias cumprem uma função ôntica no quadro teórico da CI, converge-se, parcialmente, com a abordagem do autor para chegar a essa conclusão, porquanto se trabalha com a hipótese de que essa afirmação somente ganha consistência teórica por intermédio de um estudo profundo de natureza histórico-conceitual, capaz de compreender o lastro histórico, teórico e filosófico da suposta categoria. A partir dessa conjectura, o estudo das disciplinas História, Diplomática, Documentação e da própria CI foram cruciais para a justificação do documento como uma *categoria* pertencente ao quadro teórico da CI.<sup>9</sup>

Para a apreensão da dinâmica da diacronia do conceito *documento* no campo teórico-conceitual da CI, foi necessário o estudo do conceito *informação* retomando as três acepções que comporiam os supostos “paradigmas” de Capurro (2003), visto que a percepção de uma variação importante deste conceito – ou seja, a *informação registrada* – pressupõe o próprio conceito *documento*. Portanto, as diferentes abordagens que incidem nessa concepção de informação/registro ajudam a remontar o quadro diacrônico do conceito *documento* num contexto disciplinar. Tais abordagens são:

- a) *objetiva* – com ênfase no dado e no processo comunicativo, ou seja, na mensagem (GARCÍA MARCO, 1998; PÉREZ GUTIÉRREZ, 2000; RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, etc.);
- b) *subjetiva* – com ênfase na interpretação do indivíduo isolado, ou seja, no sujeito interpretante, profissional da informação, usuário, etc. (FERNÁNDEZ MOLINA, 1994; PRATT, 1977; BELKIN; ROBERTSON, 1976; BELKIN, 1978, etc.);
- c) *objetiva/subjetiva social*<sup>10</sup> – materializada e contextualizada num sistema de informação documental, que terá valor institucional e social (WERSIG; WINDEL, 1985; SILVA; RIBEIRO, 2002, etc.).

---

<sup>9</sup> À luz da suposição da necessidade de realização de um estudo histórico-conceitual para que uma hipotética categoria possa assim ser enunciada e justificada, pode-se destacar, aqui, a importância do estudo de Capurro & Hjørland (2007) que ajudou a desvelar traços categóricos e polissêmicos do conceito *informação*.

<sup>10</sup> Com base na hipótese da necessária convivência entre *tradição* e *inovação* no quadro teórico da CI, agrega-se com a expressão “objetiva/subjetiva social” uma representação que parece ser mais adequada para designar a referida relação.



Após evidenciada a existência desse quadro teórico-conceitual que incide no conceito *informação registrada* na CI, chega-se a três tipos de produtores do *objeto*, em vias de se tornar *documento*, os quais, por sua própria natureza, relacionam-se às acepções de *informação* sobreditas. Em termos filosóficos e tangenciando o campo da Teoria do Conhecimento, observa-se que, na relação em questão, ora o sujeito (abordagem subjetivista), ora o objeto (abordagem objetivista) do conhecimento poderá ser privilegiado (HESSEN, 1973). Dessa análise, é possível especular uma aproximação aos produtores do documento de *primeira, segunda e terceira natureza*.<sup>11</sup>

O produtor de *primeira natureza* é aquele que, numa abordagem objetivista, busca imprimir um conhecimento de forma direta num suporte qualquer, por intermédio da escrita ou do registro. *Nesse caso, o objeto cumpre uma função qualquer, não necessariamente como documento.*

Por outro lado, o produtor de *segunda natureza* atribui significado para fins utilitários, cumprindo uma função informativa específica para o indivíduo – valores jurídicos, administrativos, estéticos, etc. – numa abordagem subjetivista. *Aqui, o objeto cumpre necessariamente uma função documental para o sujeito.*

Já o produtor de *terceira natureza* é aquele que considera, igualmente numa abordagem subjetivista, o produto do processo de significação atribuído pelos produtores de *primeira* e de *segunda natureza* e, de modo particular, confere significação para fins socioculturais e/ou informativo-documentais. *Nesse caso, o documento assume nitidamente uma função social.*

Podem-se compreender com maior profundidade tais naturezas mediante a contribuição de Dodebei (1997, p. 172-175), que buscou explicar o processo de transformação do objeto em documento da memória cultural por intermédio de três categorias – *substância, modo/acidente e relação* – e estas levaram a criação de outras três, respectivamente, *unicidade, virtualidade e significação*.

A categoria *substância* refere-se ao *ser que existe*, isto é, ao objeto artificial – objeto *em si* – produzido socialmente e caracterizado por predicáveis incidentes à *forma* e ao *conteúdo*. No caso dos objetos naturais, os predicáveis incidiriam apenas no atributo *forma*. A categoria *unicidade* se relacionaria à *substância*, pois nesse momento o objeto/documento – no plano da memória social – não seria diferenciado em sua essência.

---

<sup>11</sup> É importante salientar que chegamos a essas distintas naturezas dos produtores do objeto/documento após considerarmos o percurso do início da “vida social” do objeto que “virá a ser” documento (APPADURAI, 1991).

De maneira distinta, a categoria *modo/acidente* refere-se a atributos que existem na *substância* numa “primeira leitura de insistência”, ou seja, nos atributos relativos ao *tempo* e ao *espaço*. É marcada pelas ideias de *mobilidade* e de *seletividade* no campo social que permitem o “livre tráfego dos objetos pelas instituições da memória.” Nessas instituições, os objetos manterão sua *substância* e poderão alterar o seu modo externo de ser (suporte), sofrendo, assim, uma “metamorfose” por meio das “marcas do tempo” (naturais), do “espaço” e do homem (culturais). Com efeito, a categoria *virtualidade* se constituiria mediante a atribuição seletiva de predicáveis (espaço-tempo) e de uma classificação arbitrária, por natureza.

Já a categoria *relação* condiz àquela que liga um ser a outro numa “segunda leitura de insistência”, ou seja, caracterizado pela intenção intelectual de reduzir dois ou mais atributos para constituir um terceiro num processo em que as categorias anteriores (substância e modo/acidente) não se anulam. Por outro lado, demonstra que o processo valorativo incidente no objeto não é definitivo e que toda *significação* é circunstancial em favor da *essência* e da *virtualidade* que sempre estarão presentes no objeto em questão. Portanto, será o *significado* atribuído à memória que irá atuar no processo de transformação do “objeto social” num “objeto da memória de valor cultural”, ou seja, num *documento*. Com isso, a transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, temporária e circunstancial. Então, o documento seria “[...] uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural.” (DODEBEI, 1997, p. 175).

Para se pensar a “dimensão social” do *documento* na CI comparativamente à sua configuração histórico-conceitual, retomam-se as contribuições da Documentação que permitiram configurar o conceito nos dois momentos marcantes da disciplina.

O *documento objetivo/social* configurou-se no primeiro momento otletiano, quando o conceito assumiu uma dimensão de categoria para a disciplina. Esse momento marcou o processo de transição entre *tradição* e *inovação*. Iniciou-se, desse modo, a concepção ampla de registro e passou a se considerar o objeto museológico, produzido pelo homem. Embora a questão da objetividade do “produtor real” fosse sobrevalorizada ingenuamente, o documento já apresentava valor social, pois era pensado num contexto institucional.

Já o *documento subjetivo/social* configurou-se no segundo momento, com Briet, em particular, quando incidiu sobre o objeto a amplitude da ação hermenêutica no plano subjetivo

de modo a descentralizar a figura “objetiva” do “produtor real” do objeto, passando a “dar voz” aos produtores de *segunda e terceira natureza*. Nesse sentido, a possibilidade de também considerar o objeto natural – enquanto uma fonte documental num *sistema de informação institucionalizado* – fora reconhecida no âmbito disciplinar da Documentação. A *inovação*, nesse contexto, iniciou uma importante trajetória.

Buscando sistematizar as possibilidades sincrônicas e diacrônicas do *documento* à luz dos seus aspectos históricos, construiu-se um quadro comparativo que sintetiza sua natureza polissêmica e de pressuposto ôntico quando pensado, sobretudo, como uma categoria pertencente ao quadro teórico da CI. Para tanto, tomou-se como referência a sua disposição frente à tensão entre *tradição e inovação*.

	Universo disciplinar auxiliar	Relação Interdisciplinar/teorias	Enfoque teórico – informação/documento	Enfoque na relação sujeito/objeto	Natureza Objeto/Registro	Categorias de Dodebei - fase objeto/documento	Produtor do documento
T R A D I Ç Ã O	História	“História Positivista”	Objetivo	Objetivista	Artificial + Escrito	Unicidade Virtualidade	Primeira natureza
	Diplomática	Arquivística História Direito	Objetivo	Objetivista	Artificial + Escrito	Unicidade Virtualidade	Primeira natureza
	Documentação (primeiro momento)	Arquivística Biblioteconomia Museologia	Objetivo Social	Objetivista	Artificial + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira, segunda e terceira natureza
I N O V A Ç Ã O	História	Movimento dos <i>Annales</i>	Objetivo Subjetivo	Subjetivista	Artificial / Natural + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira e segunda natureza
	Documentação (segundo momento)	Arquivística Biblioteconomia Museologia	Objetivo/ Subjetivo Social	Subjetivista	Artificial / Natural + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira, segunda e terceira natureza

**Quadro 1:** Relação tradição/inovação e o “ser” documento na Ciência da Informação

**Fonte:** Rabello, 2009, p. 313.

Com esse quadro é possível notar que a categoria *documento* encontra subsídio teórico-conceitual no âmbito da *tradição* por meio da variação das disciplinas História, Diplomática e Documentação, caracterizadas pelo enfoque *objetivista* que orienta a relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Enquanto as duas primeiras disciplinas enfocam a natureza do objeto/registro – em sua *unicidade e virtualidade* – mediante o *suporte artificial* caracterizado pela *escritura*, gerada pelo produtor de *primeira natureza* – ênfase na informação objetiva – a Documentação, em seu primeiro momento, abrange o *logos* nesse suporte artificial a uma

variedade de distintos signos passíveis de identificação (*virtualidade*) e de interpretação (*significação*). No campo da tradição otletiana, pode-se observar que são considerados os produtores de documento de *primeira, segunda e terceira natureza* e os aspectos *objetivo e social* da informação.

Já na esfera da *inovação*, encontra-se somente a variação das disciplinas História e Documentação, que são caracterizadas pela orientação *subjetivista* na relação sujeito/objeto do conhecimento. Outro fator comum advém do fato de ambas as disciplinas enfocarem a natureza do *objeto/registro*, tomando como parâmetro as categorias *virtualidade e significação*, que encontram sentido nos diferentes *signos* interpretados em objetos *naturais* ou *artificiais*. Não obstante, enquanto o estudo histórico prioriza o produtor de *primeira e de segunda natureza* – com ênfase nas informações *objetiva e subjetiva* –, a Documentação encontra mais uma vez o seu sentido amplo, considerando os produtores de *primeira, segunda e terceira natureza* do documento e, por conseguinte, os aspectos *objetivo, subjetivo e social* da informação.

## 6 CONCLUSÕES

No resgate histórico-conceitual realizado, consideraram-se os problemas *semânticos* e, mais especificamente, uma parcela dos problemas *ônticos* do campo teórico da CI. Nessa perspectiva, a ciência em questão foi considerada como uma “ciência-processo” (FREIRE-MAIA, 1997), ou seja, em movimento, com o *conhecimento científico* sempre inacabado e em construção, necessitando de constante revisão e/ou aprimoramento ao ser objeto do contínuo questionamento pela *comunidade científica* que o legitima, mediante teorias e métodos. Nesse contexto, os resultados do estudo histórico-conceitual serviram de ponto de partida para a problematização da acepção de *conceito científico* quando pensado na condição de uma positividade definidora.

A abordagem aqui proposta almejou, portanto, diferenciar-se dos postulados tradicionais, frequentemente observados nos domínios das Ciências Humanas, que perseguem a busca pela síntese do conceito em um tom de definição, em uma pretensa precisão, que torna, pelo menos aparentemente, inviável a refutação do seu conteúdo. Tal distinção de abordagem se deve à inclinação da pesquisa à perspectiva metodológica de Koselleck. A perspectiva do referido autor não limitou o emprego da *história dos conceitos* a uma propedêutica de uma epistemologia lógica, visto que não teve a pretensão de identificar o uso promíscuo ou

arbitrário dos conceitos, para, em seguida, interferir, propondo a correção, a normatização e/ou a reutilização de um conceito antigo (VILLACANA; ONCINA, 1997, p. 12-13).

Com base nesse horizonte interpretativo, a presente investigação buscou, sobretudo, demonstrar as inúmeras positivities co-existent e sob tensão que influenciam na construção do conceito *documento*. Em prospecção, tais positivities desvelaram “a face oculta” do *documento* na condição de uma *categoria* do quadro teórico da CI. Assim, a dimensão categórica do conceito pode ser observada a partir dos aspectos polissêmicos que ilustraram a *tradição* e a *inovação* conceitual, sistematizadas no Quadro 1.

Evidenciou-se, portanto, o caráter dinâmico do quadro teórico da CI à luz do caráter polissêmico do conceito estudado. No quadro teórico apresentado é possível observar *tradição* e *inovação* conceitual sem sobreposição, cujo convívio ilustra o pressuposto de que o hipotético “paradigma social da informação” configura-se naquele capaz de congrega *tradição* e *inovação* sem exclusão, numa constante tensão teórica.

## AGRADECIMENTOS

Ao Dr. José Augusto Chaves Guimarães pela orientação e ao Dr. Juan Carlos Fernández Molina pela co-orientação deste trabalho. À FAPESP pelo financiamento.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2007.

APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p. 17-87.

BAUER, W. Documentos. In: \_\_\_\_\_. **Introducción al estudio de la Historia**. Trad. da 2.ed. alemã por Luis G de Valdeavellano. 3.ed. Barcelona: Bosch, 1957. p. 354-377.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v.34, n.1, p. 55-85, 1978.

BELKIN, N. J; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v.24, n.4, p. 197-204, 1976.

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental. **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, v.9, n.1, p. 4-15, jan. 1990.

\_\_\_\_\_. Diplomática. In: SMIT, Johanna W.; LIMA, Yêdda Dias. **Organização de arquivos: XIV Curso de especialização**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2000. p. 50-68. (Gênese Documental, 2).

\_\_\_\_\_. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120 p.

BENOIT, L. O. **Sociologia comteana: gênese e devir**. Prefácio de Isabel Maria Loreiro. São Paulo: Discurso editorial, 1999. 427 p. (Coleção Clássicos e Comentadores).

BLANQUET, M.-F. La fonction documentaire: etude dans une perspective historique. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, p. 199-204, 1993.

BLOCH, M. A observação histórica. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à História**. Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.]: Forum da História/Publicações Europa-América, 1997. p. 103-121. cap. 2.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M. Cultura material. Trad. Rui Santana Brito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v.16.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

\_\_\_\_\_. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, p. 804-809, 1997.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v.176, n.1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <[www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bush.htm](http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bush.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2004.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <[www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)>. Acesso em: 30 out. 2005.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELO BRANCO, P. H. V. B. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Shmitt e Reinhart Koselleck. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

COMTE, A. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972. p. 55-136. (Biblioteca dos Séculos).

\_\_\_\_\_. Primeira Lição: exposição da finalidade deste curso, ou considerações gerais sobre a natureza e a importância da filosofia positiva. In: \_\_\_\_\_. **Curso de Filosofia positiva;**

**Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti e trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p. 3-20. (Os pensadores).

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old Concepts. **Archival Science**, n. 1, p.3–24, 2001.

DAY, R. Paul Otlet's book and the writing of social space. **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p. 310-317, 1997.

DICK, A. L. Epistemological positions and Library and Information Science. **Library Quartely**, v.69, n.3, p. 305-323, 1999.

DODEBEI, V. L. D. **O sentido e o significado de documento para a memória social.** 1997. 185 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/ECO\\_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf](http://teses.ufrj.br/ECO_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2008.

DURANTI, L. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia.** Tradução de Manuel Vázquez. Carmona: S & C Ediciones, 1995. 170 p.

ESCARPIT, R. **Teoria General de la Información y de la Comunicación.** Barcelona: Icaria, 1981.

FAYET-SCRIBE, S. **Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information: 1895-1937.** Paris: CNRS, 2001.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la “Ciencia de la Información” en el mundo anglosajón. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, v.9, n.33, p. 41-61, 1993.

\_\_\_\_\_. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v.17, n.13, p. 320-331, 1994.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 262 p.

GALENDE DÍAZ, J. C.; GARCÍA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística, **Revista General de Información y Documentación**, 2003, v.13, n.2, p.7-35. Disponível em: <<http://revistas.sim.ucm.es:2004/byd/11321873/articulos/RGID0303220007A.PDF>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

GARCÍA MARCO, F. J. El concepto de información: una aproximación transdisciplinar. **Revista Geneneral de Información y Documentación**, v.8, n.1, p. 303-326, 1998.

GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: \_\_\_\_\_. **O Estilo na História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 63-93.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p. 77-99, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://164.41.122.25/portaldesp/ojs-2.1.1/index.php/rici/article/viewFile/515/533>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

GUIMARÃES, J. A. C.; RABELLO, R. A contribuição metodológica da diplomática para a análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, E. I. S.; ARAUJO, J. C. G. (Org.). **Paleografia e Diplomática no curso de Arquivologia - UFSM.** Santa Maria: FACOS - UFSM, 2007. p. 137-157.

HEREDIA HERRERA, A. Diplomática y Arquivística. In: \_\_\_\_\_. **Diplomática general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación Provincial, 1988, p. 36-43.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Trad. António Correia Armenio Amado. Coimbra: [s.n.], 1973.

KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (Ed.). **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p. 89-122.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 134-146, 1992.

\_\_\_\_\_. Historica y hermenéutica. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997. p. 65-94. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

\_\_\_\_\_. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 97-188.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260 p. (Debates; 115).

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Edições 70, 1999. 207 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p. 253-288.

\_\_\_\_\_. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoría e historia**. 2. ed. actual. y ampli. Panplona: EUNSA, 1995. 337 p.

\_\_\_\_\_. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento? **Scire**, v. 3, n. 1, p. 11-29, 1997.

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 89-103, 1998.

MEYRIAT, J. Document, documentation e documentologie, **Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation**, n.19, p. 51-63, 1981.

\_\_\_\_\_. Un siècle de documentation : la chose et le mot. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, p. 192-198, 1993.

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: \_\_\_\_\_. **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p. 25-44.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <[www.dgz.org.br/out04/art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out04/art_03.htm)>. Acesso em: 3 maio 2005.

OTLET, P. **Traité de documentation** : le livre sur le livre : théorie et pratique. Bruxelles : Mundaneum, 1934.

PAULIUS RABIKAUSKAS, S. J. **Diplomática general**. Tradutor: P. Manuel Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000.



PEREIRA, L. R. **A História e “o Diálogo que Somos”**: a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. 89 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

PÉREZ GUTIÉRREZ, M. **El fenómeno de la información**: una aproximación conceptual. Madrid: Trotta, 2000.

PESEZ, J.-M. A história da cultura material. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978.

PRATT, A. D. The information of the image. **Libri**, v.27, n.3, p. 204-220, 1977.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Complementariedades disciplinares entre la Diplomática y la Documentación a partir del proceso de Análisis Documental: elementos para una reflexión. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Org.). Ibersid 2008: revista de sistemas de información y documentación: avances y perspectivas en sistemas de información y documentación. Zaragoza: Ibersid; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008. p. 147-154.

RABELLO, R. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=137497](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=137497)>. Acesso em: 5 mar. 2010.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. **Hasta la documentación electrónica**. 2. ed. Madrid: Mundarnau, 1995.

\_\_\_\_\_. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.4, p.235-259, may 1994.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p.265-282, 1996.

REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.

RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad).

\_\_\_\_\_. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago08/Art\\_06.htm](http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm)>. Acesso em: 8 set. 2008.

RIESCO TERRERO, A. La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., Madrid: Universidad Complutense, 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Ariesco.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. **El documento**: entre la tradición y la renovación. Granada: Ediciones Trea, 2002. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 67).

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160 p.

SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Reflexiones sobre “documento”: palabra/objeto. **Boletín Millares Carlo**, n. 5, p. 161-197, 1982. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1448715>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

SANTOS, P. de M. dos. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

\_\_\_\_\_. Information Science. **JASIS -Journal of The American Society for Information Science**, v.50, n.12, p.1051-1063, 1999.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v.11, n.3/4, p. 177-198, jul./dez. 1978.

VILLACAÑAS, J. L.; ONCINA, F. Introducción. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G.. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997. p. 9-54. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & Management**, v.29, n.2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of 'information actions'. **Social Science Information Studies**, v. 5, p. 11-23, 1985.

WOLEDGE, G. “Bibliography” and “Documentation”: words and ideas. **Journal of Documentation**, v.39, n.4, p.266-279, 1983.

**Abstract**

Considering an epistemological perspective of analysis, a historical-conceptual study of document in Information Science (IS) was proposed to retrace theoretical aspects based on the subjects of History, Diplomacy and Documentation. For that, we guided ourselves on the presuppositions of the history of concepts which allowed us to study synchronic and diachronic aspects of concept by establishing tradition and innovation as anti-ethical categories of analysis. Finally, we tried to show the categorical character of document in the theoretical frame of IS.

**Keywords:** Document. History of concepts. Epistemology. Information Science.

*Originais recebidos em: 29/09/2010*

*Aceito para publicação em: 26/04/2011*